

mudar
a



vida

publicação do graal

25.

ABRIL 1980

- um espaço de reflexão crítica sobre as correntes e movimentos sociais do nosso tempo
- um estímulo à criação de modelos alternativos de vida em sociedade
- um olhar de fé sobre o hoje e o amanhã da história que vivemos

CULTURALIZAR A SOCIEDADE

O Colóquio sobre as «finalidades culturais do desenvolvimento», realizado em Delfos, em Maio último, por iniciativa do Conselho da Europa, foi pretexto para uma discussão aprofundada das relações entre a dinâmica cultural e o desenvolvimento.

Dos documentos preparatórios do Colóquio extraímos alguns textos considerados como particularmente significativos e oportunos no actual contexto português.

INTENTATIVA DE DEFINIÇÃO

É inútil tentar encontrar um consenso geral sobre a definição de cultura. Para efeitos operacionais utilizamos uma formulação síntese, fruto de numerosas leituras e de longa reflexão pessoal:

«A cultura é o conjunto das actividades humanas que criam ou criam relações específicas e reconhecidas como tais»

- entre o homem e a natureza (adaptação à ou transformação da natureza);
- entre o homem e a matéria (técnicas e artes);
- entre o homem e o seu próprio ser (tomada de consciência de si mesmo);
- entre o homem e os seus semelhantes (relações humanas).»

O acto cultural supõe que essas relações têm por consequência situar o homem face ao TODO existencial (papel da magia, da religião, da filosofia e da ciência).

Toda a cultura implica um modo específico de reacção do homem, conferindo-lhe um grau variável de autonomia em relação ao meio e em relação a si próprio.

A cultura assim definida cobre todos os aspectos da vida social que são ressentidos como «criados» ou «específicos». Uma actividade (ou um aspecto de uma

actividade) revestirá um significado cultural na medida em que se afirma em termos de **especificidade** e de **criação**, vindo a ser assumida como tal pelos grupos sociais. Este processo de reconhecimento dos fenómenos culturais é objecto de avanços e recuos, adesões e conflitos, até se traduzir na conquista de um novo patamar de consciência colectiva.

A sua dinâmica exprime, assim, em termos paralelos e complementares aos das lutas pelo poder, o dinamismo das transformações sociais.

Por outro lado, pelo facto de «situar» o homem em relação ao TODO existencial, a operação cultural supõe a existência de um **sistema de valores** constituído por referências à Verdade, ao Bem, ao Belo e ao Justo. A aceitação de um tal sistema de valores implica, conseqüentemente, o reconhecimento de uma ordem de prioridades atribuída a esses valores.

CULTURA/ECONOMIA: INVERSÃO DE FINALIDADES

Através de toda a história, das sociedades tradicionais até à revolução industrial, a finalidade óbvia de todo o desenvolvimento é a **cultura**. A cultura é a produção específica do fenómeno social humano. Nela se exprimem os resultados mais importantes e mais signifi-

ficativos do desenvolvimento de cada sociedade. A sua marca — arte, saber, técnicas — faz-se sentir nas estruturas sociais, nas instituições, na linguagem, nas personalidades-simbólicas, nos papéis, nos estatutos, nos costumes.

Nesta perspectiva, a produção de bens e de serviços, no quadro de um sistema de poderes e de uma hierarquia social determinados, tem como função permitir a realização e a salvaguarda da cultura. A finalidade das sociedades é a sua cultura e a finalidade dos sistemas de poder é a apropriação da cultura, quer ela seja entendida como luxo de uma elite, quer como quadro e modo de vida, num sentido socialmente amplo. Inversamente, a economia é olhada como um meio funcional e não como um fim. É-lhe atribuído um papel de «serva» e não constitui, em si mesma, um valor central, uma finalidade.

Com a revolução industrial, produz-se uma subversão desta situação. A economia converte-se em finalidade central da sociedade e todas as actividades humanas lhe são prioritariamente afectadas. Produzir passa a ser um objectivo em si mesmo. É a produção de bens e de serviços susceptíveis de serem vendidos no mercado que exprime «a riqueza das nações».

O lucro e a «carreira» convertem-se, assim, em objectivo e medida da realização pessoal. A ordem económica torna-se a chave de toda a vida social. As doutrinas centrais do devir humano — o liberalismo e o marxismo — são de base económica. O crescimento económico, arvorado em valor socialmente fundamental e em objectivo primeiro de todas as políticas, será a realidade triunfante dos anos sessenta deste século.

De finalidade global a cultura passa, no contexto da civilização industrial, a objecto-mercadoria. Penetra o corpo social pelos poros do consumo comercial, é integrada na lógica do mercado, serve-o e anima-o sob a forma de publicidade. As consequências desta inversão estão à vista:

— numa vida **compartmentada** segundo actividades (trabalho, estudo, família, tempos livres), a cultura é sectorializada e passa a identificar-se com os tempos livres: converte-se em divertimento;

— numa sociedade cujo motor é o **consumo**, a fruição dos bens culturais passa a estar sujeita aos mesmos condicionalismos que a compra de outros bens e serviços: consome-se cultura por mimetismo e passividade, aceitando por norma e critério a publicidade;

— num meio onde as **relações**, desmedidamente acrescidas em número, se tornam cada vez mais funcionais, a cultura deixa de dispor dos espaços comunitários onde poderia exercer-se de forma criadora: as pessoas cruzam-se e falam-se mas não se conhecem;

— num universo social onde o lucro é o objectivo e o mercado o quadro das actividades humanas, o **ambiente natural e cultural** é «esquecido» ou posto ao serviço dos interesses de alguns: acumulam-se monstros produtivos e destroi-se o património acumulado ao longo de gerações.

Longe de ser a finalidade normal de todas as actividades a cultura surge nas nossas sociedades como um domínio separado da verdadeira vida social. Restrita ao domínio dos tempos livres e recuperada pelo mercado, perde as suas capacidades criadoras e transformadoras. É vemos um exemplo: filmes de conteúdo revolucionário, ético, feminista, ecológico, quando «consumidos» em salas de cinema pagas por um público indiferenciado de espectadores justapostos, são esvaziados da sua mensagem de acção; projectados num grupo político ou cultural, a sua apresentação é socialmente «situada» e participa de uma vivência orgânica. É o meio receptor que define o sentido actual de uma obra cultural e não o sentido unívoco que lhe seria intrínseco.

A substituição da cultura — enquanto finalidade fundamental da sociedade — pelo crescimento económico traz como consequência a marginalização das actividades culturais e dos seus reflexos sobre a sociedade global. Trata-se, aliás, de um fenómeno lógico pois não pode haver lugar, simultaneamente, para dois sistemas de valores centrais de sinal contrário. Ao tomar o lugar da cultura a economia substitui-se a esta e assume a função de uma «pseudo-cultura» no seio da sociedade. É nesse sentido que se fala hoje de «cultura de massa».

QUEM É REALISTA?

Não faltará — não falta! — quem, situando-se à esquerda, defenda o «imobilismo tranquilo» dos caminhos já conhecidos da economia. Classificam esses, os que tentam desmitificar o logro de uma economia arvorada em finalidade última, de utópicos e românticos.

Ora bem, perante a actual situação do mundo

e da economia, quem é verdadeiramente realista: os que se agarram à tábuca de salvação de uma política que se revelou inoperante e incapaz de realizar uma distribuição equitativa da riqueza ou os que tentam arriscar, no novo, no inédito, para que o país consiga sobreviver?

MLP
1980

COMO E PORQUÊ?

Como se produziu, historicamente, esta inversão? A resposta está na criação paciente e sistemática duma classe social: a burguesia. Rival dos donos da

terra (riqueza imobiliária) e dos detentores do poder (estado feudal e depois monárquico), a burguesia fundou a sua força social sobre a edificação da economia

mercantil e sobre a riqueza mobiliária. Graças ao poder económico e financeiro, e à capacidade de organização que este confere, apoderou-se progressivamente do poder político e da riqueza imobiliária, surgindo com uma posição preponderante sobretudo a partir do Renascimento. Foi ela que desafiou a Igreja opondo-lhe uma versão do cristianismo dominada por uma ética apropriada ao desenvolvimento económico. Foi ela que criou as condições propícias ao desenvolvimento da ciência moderna e ao triunfo institucionalizado da razão, frutos intelectuais dos rigorosos métodos quantitativos, negociais e contractuais do crescimento económico.

As características empíricas, experimentais e de observação que marcariam a ciência desenvolvida no Ocidente trazem a marca da vontade de poder da classe burguesa, a qual, através do conhecimento da natureza, visava a todo o custo, dominá-la. Tratada como um meio ao serviço de outros fins, a ciência depressa cede o passo à tecnologia, serva dócil da economia e do poder burguês.

Trata-se, incontestavelmente, de uma fascinante epopeia prometeica, expressa pelo mito do progresso. Tal mito é o produto ideológico do papel preponderante atribuído às actividades quantitativas. Em outros domínios há transformações, diferenças, mudanças de qualidade, variações de valores, mas não há um movimento ascendente a que se possa chamar **progresso**. A arte faraónica é tão válida como a do século XVIII. Sófocles vale tanto como Shakespeare, Racine ou Brecht. A sabedoria de Sócrates vale a de Kant. Mas a astronomia de Ptolomeu é pouca coisa comparada com a astronomia actual; Demócrito pouco vale face a Einstein...

UM NOVO SALTO QUALITATIVO

Assistimos no nosso tempo a uma mutação fundamental que dará uma nova fisionomia à identidade cultural do Ocidente. A economia, enquanto objectivo

fundamental condicionante de todas as outras actividades, chega ao seu termo — fruto dos excessos, dos perigos e das desordens que ela própria provocou. Todos os sinais de mudança do nosso tempo apontam para o retorno ao primado da cultura e para o regresso da economia à categoria de meio instrumental.

Vejamos alguns índices:

- mudança no conceito de **propriedade**, pela introdução de um coeficiente social na ideia da legitimidade da posse;
- mudança no juízo sobre o **trabalho**, pela recusa do carreirismo e pela valorização de actividades não remuneradas;
- mudança na **qualidade de vida**, pela fuga à massificação e pela construção de micro-meios sociais, onde os benefícios da sociedade de consumo são utilizados de maneira selectiva e crítica;
- mudança ao nível da **descentralização do poder** para comunidades restritas, onde a participação directa tem possibilidades de se exercer;
- mudança nas **aspirações culturais**, dando origem, entre os jovens, a uma multiplicação de células de criação (teatral e outra) e, entre adultos, a novas exigências de formação continuada (educação permanente);
- mudança pela força e espontaneidade dos **movimentos ecológicos**, à procura de uma nova harmonia entre a sociedade e a natureza — mesmo quando essa harmonia entra em conflito com os objectivos económicos.

Recuando no tempo, damos-nos conta de que os prenúncios deste tipo de mudança estavam já presentes na própria evolução do conceito de desenvolvimento. Por volta dos anos sessenta começou a admitir-

POLÍTICA É CULTURA

Articular a dinâmica cultural com a tomada de decisão política é, antes de mais, reconhecer o coeficiente político da acção cultural e atribuir à acção política um conteúdo cultural.

Já não enganam ninguém os que defendem a «neutralidade» política da cultura, sob a capa de um espiritualismo asséptico. Importa é saber de que política e de que cultura se fala:

A política das classes dirigentes que decidem e falam em nome do povo ou a política-de-todos através da participação de cada um nas decisões que lhe dizem respeito?

A cultura dos que consomem espectáculos como quem come tremoços ou a cultura dos que, no dia a dia, modelam, de forma criadora, o seu jeito próprio de estar no mundo?

A cultura é política na medida em que se refere aos homens e às suas necessidades, em que fala das relações entre pessoas, em que aponta caminhos de organização em sociedade. A política é cultura, na medida em que dá forma ao querer comum de uma colectividade, em que se propõe objectivos que estão para além do imediato, em que se abre para valores de criação e de beleza.

É na interacção destas duas realidades — até hoje estanques — que se joga a qualidade e a adequação de um projecto de sociedade válido para o Portugal de amanhã.

TSC
in «Portugal Hoje»
2/6/1980

ficativos do desenvolvimento de cada sociedade. A sua marca — arte, saber, técnicas — faz-se sentir nas estruturas sociais, nas instituições, na linguagem, nas personalidades-simbólicas, nos papéis, nos estatutos, nos costumes.

Nesta perspectiva, a produção de bens e de serviços, no quadro de um sistema de poderes e de uma hierarquia social determinados, tem como função permitir a realização e a salvaguarda da cultura. A finalidade das sociedades é a sua cultura e a finalidade dos sistemas de poder é a apropriação da cultura, quer ela seja entendida como luxo de uma elite, quer como quadro e modo de vida, num sentido socialmente amplo. Inversamente, a economia é olhada como um meio funcional e não como um fim. É-lhe atribuído um papel de «serva» e não constitui, em si mesma, um valor central, uma finalidade.

Com a revolução industrial, produz-se uma subversão desta situação. A economia converte-se em finalidade central da sociedade e todas as actividades humanas lhe são prioritariamente afectadas. Produzir passa a ser um objectivo em si mesmo. É a produção de bens e de serviços susceptíveis de serem vendidos no mercado que exprime «a riqueza das nações».

O lucro e a «carreira» convertem-se, assim, em objectivo e medida da realização pessoal. A ordem económica torna-se a chave de toda a vida social. As doutrinas centrais do devir humano — o liberalismo e o marxismo — são de base económica. O crescimento económico, arvorado em valor socialmente fundamental e em objectivo primeiro de todas as políticas, será a realidade triunfante dos anos sessenta deste século.

De finalidade global a cultura passa, no contexto da civilização industrial, a objecto-mercadoria. Penetra o corpo social pelos poros do consumo comercial, é integrada na lógica do mercado, serve-o e anima-o sob a forma de publicidade. As consequências desta inversão estão à vista:

— numa vida **compartimentada** segundo actividades (trabalho, estudo, família, tempos livres), a cultura é sectorializada e passa a identificar-se com os tempos livres: converte-se em divertimento;

— numa sociedade cujo motor é o **consumo**, a fruição dos bens culturais passa a estar sujeita aos mesmos condicionalismos que a compra de outros bens e serviços: consome-se cultura por mimetismo e passividade, aceitando por norma e critério a publicidade;

— num meio onde as **relações**, desmedidamente acrescidas em número, se tornam cada vez mais funcionais, a cultura deixa de dispor dos espaços comunitários onde poderia exercer-se de forma criadora: as pessoas cruzam-se e falam-se mas não se conhecem;

— num universo social onde o lucro é o objectivo e o mercado o quadro das actividades humanas, o **ambiente natural e cultural** é «esquecido» ou posto ao serviço dos interesses de alguns: acumulam-se monstros produtivos e destrói-se o património acumulado ao longo de gerações.

Longe de ser a finalidade normal de todas as actividades a cultura surge nas nossas sociedades como um domínio separado da verdadeira vida social. Restrita ao domínio dos tempos livres e recuperada pelo mercado, perde as suas capacidades criadoras e transformadoras. É vemos um exemplo: filmes de conteúdo revolucionário, ético, feminista, ecológico, quando «consumidos» em salas de cinema pagas por um público indiferenciado de espectadores justapostos, são esvaziados da sua mensagem de acção; projectados num grupo político ou cultural, a sua apresentação é socialmente «situada» e participa de uma vivência orgânica. É o meio receptor que define o sentido actual de uma obra cultural e não o sentido unívoco que lhe seria intrínseco.

A substituição da cultura — enquanto finalidade fundamental da sociedade — pelo crescimento económico traz como consequência a marginalização das actividades culturais e dos seus reflexos sobre a sociedade global. Trata-se, aliás, de um fenómeno lógico pois não pode haver lugar, simultaneamente, para dois sistemas de valores centrais de sinal contrário. Ao tomar o lugar da cultura a economia substitui-se a esta e assume a função de uma «pseudo-cultura» no seio da sociedade. É nesse sentido que se fala hoje de «cultura de massa».

QUEM É REALISTA?

Não faltará — não falta! — quem, situando-se à esquerda, defenda o «imobilismo tranquilo» dos caminhos já conhecidos da economia. Classificam esses, os que tentam desmitificar o logro de uma economia arvorada em finalidade última, de utópicos e românticos.

Ora bem, perante a actual situação do mundo

e da economia, quem é verdadeiramente realista: os que se agarram à tábua de salvação de uma política que se revelou inoperante e incapaz de realizar uma distribuição equitativa da riqueza ou os que tentam arriscar, no novo, no inédito, para que o país consiga sobreviver?

MLP
1980

COMO E PORQUÊ?

Como se produziu, historicamente, esta inversão? A resposta está na criação paciente e sistemática duma classe social: a burguesia. Rival dos donos da

terra (riqueza imobiliária) e dos detentores do poder (estado feudal e depois monárquico), a burguesia fundou a sua força social sobre a edificação da economia

-se que o desenvolvimento dos países não industrializados deveria ser «integrado», quer dizer: deveria mobilizar da maneira mais eficaz todos os factores susceptíveis de produzirem a motivação necessária para um desenvolvimento autónomo. Para além do económico era preciso contar com as infraestruturas integradoras da sociedade, como a educação, a investigação, os serviços sociais, a melhoria da saúde, os equipamentos domésticos e comunitários, a «transposição» de actividades tradicionais de qualidade, a compatibilização das mentalidades, dos valores e das estruturas sociais. Falava-se em respeitar e não necessariamente em alterar e pretendia-se que os resultados da mudança fossem realmente aceites pelas populações empenhadas. Não seria isso já um deslizar do primado do económico para o cultural?

Simultaneamente, assistíamos nos países industrializados ao alastrar de uma certa expectativa difusa em relação àquilo que poderíamos chamar a «dimensão cultural» da acção política.

Considera-se hoje adquirido que a política cultural seja uma função específica do Estado, gerida através de departamentos especializados e de órgãos representativos. Igualmente se considera aceite o princípio do acesso e da participação universais na vida cultural. A ideia, já antiga, da democratização da cultura — facilitação do acesso — substitui-se a ideia de **democracia cultural** — acção criadora e participação.

A tendência para a «descolarização» do sistema educativo, sobretudo no que se refere à educação dos

adultos, é outro elemento que vem reforçar o âmbito da acção cultural. O novo conceito de educação permanente atribui à criatividade e à imaginação a mesma importância que à razão, valoriza a afectividade e a espontaneidade tanto como a inteligência calculadora. Ao espírito de competição individualista substitui-se o espírito solidário de comunidade. A autoridade como valor de acção é contrabalançada pelo exercício da responsabilidade democrática.

Por último, a influência da rádio e sobretudo da televisão permite ao homem um maior domínio da comunicação pelo som e pela imagem, sobrepondo-se à comunicação pela leitura e pela escrita, até há pouco exclusivamente dominante. Esta maior mobilização dos acessos ao sistema nervoso central deverá tornar o homem mais presente ao seu meio, menos «retirado» na simbólica abstracta.

Através de todos estes sinais, começa a restituir-se à cultura o seu papel de finalidade. Paralelamente aos critérios de quantidade próprios da economia surgem critérios de qualidade de ordem cultural. Se tais critérios se conseguirem impôr, poderá falar-se de uma «culturalização» da vida social. Assistiremos então a um salto qualitativo decisivo na história das civilizações ocidentais.

Henri Janne
texto policopiado
Delfos, 1980

PARA ALÉM DO DESCONHECIDO

Que sentido tem falar de «dimensão ética»? Tratar-se-á de uma expressão com um sentido exclusivamente individual ou deverá atribuir-se-lhe um sentido público, colectivo? Poderemos continuar a adoptar a atitude liberal clássica do Estado alheio a qualquer ideologia?

Deixar de lado as questões de valor no domínio da política prática não só é perigoso como impede de formular perspectivas de futuro. É impossível atacar os sintomas de crise que por toda a parte se fazem sentir, sem reconhecer que há uma razão por trás dessa acção e que essa razão não pode deixar de ser moral, isto é, da ordem dos valores.

Só à luz de critérios ético-culturais o crescimento quantitativo poderá transformar-se em melhoria da qualidade de vida. Para tal impõe-se uma actividade cultural prospectiva que torne imagináveis novas tendências do desenvolvimento social e que desperte em cada indivíduo o sentido do possível.

A esperança reside na criatividade. As soluções não se encontram necessariamente na sequência do que já foi experimentado; é preciso prescrutar o possível para além do conhecido.

Olaf Schwencke
texto policopiado
Delfos, 1980